

Formação de professores de Sociologia por EaD: observações de um Projeto Político de Curso

Formation of Sociology teachers by distance education: observations of a Political Course Project

Matheus Felipe Silva

Professor no Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF) de Franca/SP. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara. Mestre pelo mesmo programa e instituição. Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UFSJ. Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Email: matheusfsilva.90@gmail.com

Mayara Mayumi Sataka

Professora de Espanhol e Português para Estrangeiros no Laboratório de Línguas (LabLin), da UNESP, câmpus Botucatu. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/Araraquara. Mestra pelo mesmo programa e instituição. Licenciada e bacharela em Letras (Português/Espanhol). Email: mayarasataka@gmail.com / mayara.sataka@unesp.br

Resumo

O presente texto busca fazer considerações sobre o Projeto Político Pedagógico da licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) na formação de seus alunos em relação às especificidades da área e da modalidade de Educação a Distância (EaD). Nosso interesse é encontrar no documento as potencialidades apontadas pela instituição com a implementação do curso nessa modalidade, assim como a preocupação de garantir os preceitos fundamentais de uma formação íntegra para a atuação na Sociologia. Para isso, analisaremos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Sociologia, na modalidade EaD, pela UNIFAP. Para iniciarmos as discussões, faremos uma seção contextual da implementação da EaD no Brasil e outra sobre a formação do professor de Sociologia. Após a análise do documento, seguimos com as conclusões do presente texto.

Palavras-Chave

Educação à Distância; Docência; Sociologia.

Abstract

This text seeks to make considerations about the Pedagogical Political Project of the degree in Sociology of the Federal University of Amapá (UNIFAP) in the training of its students in relation to the specificities of the area and the modality of Distance Education (DE). Our interest is to find in the document the potentialities pointed out by the institution with the implementation of the course in this modality, as well as the concern to guarantee the fundamental precepts of an integral formation for acting in Sociology. For this, we will analyze the Pedagogical Course Project (PPC) for a Degree in Sociology, in distance education, by UNIFAP. To start the discussions, we will make a contextual section on the implementation of distance education in Brazil and another on the formation of the teacher of Sociology. After analyzing the document, we continue with the conclusions of this text.

Keywords

Distance Education; Teaching; Sociology.

Introdução

A Educação à Distância (EaD) é comumente relacionada ao desenvolvimento das

novas tecnologias de comunicação e informação que avançaram e se popularizaram nas últimas décadas. Com os avanços na Internet, países como o Brasil viram a multiplicação dos cursos semipresenciais e à distância em um número crescente de universidades (principalmente privadas). Dentre os acontecimentos, houve a expansão da população universitária do país que, além de contar com vagas em universidades públicas, presenciou também a ampliação de oferta de créditos estudantis para financiamento de cursos privados.

Entretanto, já no final do século XIX, surgiam propostas embrionárias de EaD, a partir de acordos entre instituições particulares dos Estados Unidos e da Europa que ofertavam cursos por correspondência em temas de ofícios. Até meados da metade do século XX, o ensino por correspondência (QUARTIERO, 2013), com materiais impressos e distribuídos, foi o modo de EaD predominante. Até que, a partir dos anos 40, o rádio e a televisão passaram a ser utilizados para maior alcance de públicos, contando também com a distribuição de materiais impressos relativos aos cursos ofertados. As experiências avançaram pela América Latina e o rádio e a televisão foram empregados na tentativa de incluir uma população marginalizada ou distante de centros com maior oferta educacional.

Os anos 60 e 70 contaram com avanços nos dispositivos de gravação audiovisual, o que possibilitou a produção e distribuição de cursos que se valessem de fitas VHS e fitas cassetes. O final do século XX viu também novas possibilidades com os avanços das transmissões televisivas via satélite e com CDs e DVDs. Mas os avanços na internet, além das revoluções computacionais e a popularização desses dispositivos foram fundamentais para que se pensassem novas possibilidades de construir a EaD, inclusive com a reinvenção de instituições já consolidadas em modalidades presenciais.

No Brasil, os anos 40 tiveram emblematicamente o surgimento do Instituto Universal Brasileiro, do Instituto Monitor e a Universidade do Ar, esta do Senac. Essas instituições buscaram a popularização de cursos por correspondência. Nos anos 50 e 60, o ensino por correspondência foi empregado em tentativas de alfabetizar adultos. Nos anos 70 e 80, no Brasil, houve o maior canal de televisão, a Rede Globo, e a Universidade de Brasília experimentarem a inclusão de materiais multimeios produzidos com o intuito de integrar conteúdos do Ensino Fundamental e Médio. Em 1995, a Rede Globo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) organizaram o Telecurso 1º e 2º Grau, que incluía materiais impressos e audiovisuais.

Posteriormente em 1995, a internet dava seus primeiros passos nas universidades do país. Em 2000, a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) foi lançada com intuito de democratizar o acesso à educação de qualidade por cursos a distância. Em 2006 foi lançada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BRASIL, 2006), com a intenção de expandir a oferta, por interiorização, de educação superior pública e de qualidade no país (principalmente de cursos de licenciatura). A UAB seria uma rede construída pelas universidades públicas do país e não uma nova universidade (BRESOLIN, 2014), com o apoio a pesquisas inovadoras sobre novas metodologias e emprego de tecnologias de comunicação e informação.

A EaD nunca teve um consenso quanto à sua avaliação enquanto positiva ou negativa, sendo interpretada por alguns com desconfiança e mesmo como modalidade precária de educação. No entanto, mesmo no início dos seus debates sobre regulamentações, no ano de 1996, algumas vezes lembravam que não era uma modalidade sem precedentes no Brasil ou que não tivesse passado por experiências tidas como positivas. Preti (1996, p. 56) afirmava que a EaD

não é algo totalmente novo em nosso país, pois vivenciamos experiências em EAD desde a década de 1960. Lembra do Projeto Minerva, do Logos I e Logos II, Telecurso 2000, Salto para o Futuro, TV Escola e Pro Formação? Algumas foram avaliadas positivamente, outras criticadas; umas desenvolvidas em todo território nacional, enquanto umas poucas só

regionalmente.

No campo da docência em Sociologia, as dinâmicas de oferta de cursos acompanharam as mudanças legislativas que permitiram a inserção da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio (OLIVEIRA, 2015). Vale ressaltar que, na região Norte do Brasil, a EAD possuiu a assumir centralidade na formação de professores de Ciências Sociais e Sociologia (OLIVEIRA, 2016).

Tendo em vista o panorama explicitado, este trabalho busca compreender, a partir da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Sociologia na modalidade EaD, pela UNIFAP, as redes de sentidos e relações pelo uso das novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) que compõem o curso. Buscaremos compreender de que forma a instituição inseriu essa modalidade de ensino como solução para problemas por ela mapeados, bem como compreender os benefícios e limitações apontados pela instituição sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação no processo formativo nas especificidades da área da licenciatura em Sociologia.

Sendo assim, na próxima seção será abordada uma reconstrução do panorama normativo da EaD no Brasil e, em seguida, uma contextualização do que é ser professor de Sociologia. Posteriormente, seguiremos para a análise do PPC. Apesar de toda tecnologia, o contar e ouvir histórias ainda encanta crianças e jovens (FRANTZ, 2005).

Contextualização geral da EAD no Brasil

Na presente seção, não trataremos de todas as regulamentações da EAD no Brasil, mas apresentaremos aquelas que julgamos ser de importância para contextualizar a implementação da modalidade no país.

O ano de 1996 pode ser considerado o marco inicial para pensarmos a organização legal da EaD no Brasil. O Decreto 1.917/96, que teve sucessivas revogações até chegar no Decreto 10.195/19, apresentou em seu Artigo 27 as responsabilidades da Secretaria de Educação à Distância. Essa era a instituição que centralizava instâncias de planejamento, coordenação e organização para a formulação e implementação de políticas de educação à distância visando a melhoria e implementação de experiências na modalidade (BRASIL, 1996a). No mesmo ano, a Lei 9.394/96 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 32, a EaD surge como modalidade complementar ou emergencial para o Ensino Fundamental. Em seu artigo 80, além de ser reconhecido que a modalidade possui especificidades, há menções de seu uso junto a meios de comunicação em massa (BRASIL, 1996b).

Dois anos depois, o Decreto presidencial 2.494/98 trouxe definições mais específicas sobre a EaD, caracterizando-a como modelo que possibilita autoaprendizagem através de práticas didáticas que considerem a mediação por diferentes suportes de informação e comunicação (BRASIL, 1998a). O documento reconhecia que a modalidade demandava uma flexibilidade em relação aos estabelecidos para a educação presencial e a necessidade de construir critérios de qualidade (sem especificar como ou quais) (BRASIL, 1998a). Também contemplava o aproveitamento de créditos entre as modalidades de educação e a validade de diplomas de cursos em EaD, além de mencionar que mestrados e doutorados na modalidade seriam tratados em legislações posteriores (BRASIL, 1998a). O decreto 2.561/98 apresentou uma modificação no sentido de descentralizar para autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino o credenciamento de cursos EaD que atendessem a educação de jovens e adultos, o ensino médio e a educação profissional de nível técnico (BRASIL, 1998b).

Para a Educação Superior, a Resolução CNE/CES nº 1 de 2001 representou o início da abertura de cursos de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância, mas sem clarezas quanto a critérios e procedimentos para credenciamento e avaliações de qualidade pela CAPES (BRASIL, 2001a). A portaria 2.253/01 possibilitou a oferta de disciplinas não presenciais (total ou parcialmente) por Instituições de Ensino Superior (IES) e, ainda, autorizou que a realização de 20% da carga horária total de um curso presencial fosse ofertado por métodos não presenciais (BRASIL, 2001b).

No que diz respeito a essa modalidade de ensino, os Referenciais de Qualidade da Educação à Distância (2007) visaram padronizar normas e procedimentos para reconhecimento, credenciamento e renovação de credenciamento das IES. O primeiro, de 2003, teve um caráter maior de instrução de alunos, professores, técnicos e gestores quanto a parâmetros de qualidade para o EaD (BRASIL, 2003). Já o segundo, de 2007, avançou em seu sentido regulatório com a concretização de disposições legais a respeito da modalidade (BRASIL, 2007a).

A Portaria 4.059/04, que revogou a portaria 2.235/01, avançou nas definições do que seriam os 20% de disciplinas não presenciais em cursos superiores, afirmando ser aquelas realizadas por tecnologias de comunicação remota. Além disso, caracterizou esses cursos como semipresenciais e flexibilizou a necessidade de um processo de autorização por parte do Ministério da Educação (MEC) sobre esse percentual (BRASIL, 2004).

O Decreto 5.622/05, que revogou o Decreto 2.494/96, definiu a EaD como modalidade nos quais processos de ensino e aprendizagem são mediados por TICs e TDICs, com alunos e professores em tempos e lugares diversos, mas havendo a obrigatoriedade de momentos presenciais para avaliação de estudantes, estágios, defesas de trabalhos de conclusão e outras atividades de laboratórios de ensino (BRASIL, 2005). Além disso, dispôs as solicitações de abertura de polos, sendo estes avaliados in loco antes de seu uso (BRASIL, 2005).

Com o decreto nº 5.800/06, o Sistema Universidade Aberta do Brasil foi instituído, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no País (BRASIL, 2006). Criada em 2006 em articulação com SEED e a Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES), seu objetivo era a expansão da educação superior de qualidade no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2006). No ano seguinte, no Decreto Federal 6.303/07 definiu-se que o polo seria a unidade descentralizada, para a realização das atividades pedagógicas e administrativas essenciais à plena realização dos cursos (BRASIL, 2007b).

A Resolução 1/16 do Conselho Nacional de Educação tratou de diretrizes e normas para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação por EaD. Sobre a modalidade, o documento a caracterizou como um tipo de processo de ensino e aprendizagem mediado por TICs e TDICs, contando com pessoal qualificado e políticas de acesso e avaliação compatíveis às suas especificidades (BRASIL, 2016). Salientou-se, ainda, a necessidade na articulação entre presencialidade e virtualidade, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos educacionais, entre todos que compõem o curso, sempre compreendendo as flexibilidades temporais e espaciais (BRASIL, 2016). Para tal, os cursos deveriam ser planejados junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), frisando, assim, que os polos seriam de responsabilidade das IES como unidades descentralizadas. No entanto, previu-se também a manutenção do prolongamento orgânico e funcional da Instituição (BRASIL, 2016).

Mais tarde, em 2017, o Decreto nº 9.057/17 continuou com as definições do que seria a EaD e manteve a autoridade máxima de credenciamento e reconhecimentos, autorização e reconhecimento de IES e cursos superiores. Em contrapartida, a modalidade seria aplicada ao

ensino básico apenas em situações emergenciais (BRASIL, 2017a). Desse modo, foi permitido que IES fossem credenciadas com oferta apenas de cursos de graduação e pós-graduação totalmente à distância. Ainda assim, os cursos de pós-graduação stricto sensu por EaD ainda ficou sob regulamentações futuras da CAPES (BRASIL, 2017a). Também foi estipulado que as sedes das IES poderiam contar com polos descentralizados (com estruturas mínimas físicas e humanas) ao pleno desenvolvimento dos cursos, podendo também ser utilizadas parcerias com pessoas jurídicas para essa descentralização (BRASIL, 2017a). No mesmo ano, o nº 9.235/17 permitiu a abertura de novos polos sem credenciamento prévio pelo MEC (BRASIL, 2017b).

Uma última regulamentação que afetou diretamente a EAD no nível superior de ensino, mas especificamente na pós-graduação, foi a Portaria CAPES nº 275/18. Em tal portaria foi aberta a possibilidade de oferta de cursos de mestrado e doutorado na modalidade a distância, em que a oferta doutoral estaria condicionada ao sucesso do curso de mestrado EaD em seu primeiro ciclo avaliativo (BRASIL, 2018). O profissional conteudista, conferencista, membro de banca de exame ou coautor de trabalhos não seriam considerados membros do corpo docente do programa de pós-graduação. A CAPES foi a responsável por definir os indicadores de qualidade dos cursos pelos Documentos de Área de Avaliação (BRASIL, 2018).

A formação do professor de Sociologia

Apesar de o Brasil possuir tradição de alguns cursos superiores de Ciências Sociais, a trajetória do ensino de Sociologia nas escolas e mesmo o debate acadêmico acerca do ensino dessa área passou por inconstâncias e insuficiências. O ambiente acadêmico no país historicamente separou o que seria considerado como discussão teórica daquilo que seria a formação pedagógica, especialmente em cursos que oferecem formação conjunta de bacharelado e licenciatura (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, os campos do saber, da pesquisa e da erudição são atrelados ao bacharelado, enquanto a licenciatura aparece como formação de mão de obra ou uma titulação menos nobre.

Na somatória da Lei 11.684 de 2008 (obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas), das bolsas de estudos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e da institucionalização do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), a Sociologia, como campo de atuação profissional docente, passou a receber maior procura de universitários e a observação dos professores e licenciaturas da área (CIGALES & MARTINS, 2015). Oliveira e Brum (2014) indicaram que a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que agrega cursos por Educação à Distância de diversas universidades públicas do país – impactou na oferta de cursos de Sociologia. Esse fenômeno permitiu a expansão de licenciaturas na área e também pós-graduações stricto sensu em Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Em continuidade, é necessário pensar o que se espera e o que se tem da licenciatura em Ciências Sociais. Com um olhar mais afastado, é possível refletir que

As disciplinas da licenciatura em Ciências Sociais têm a tarefa e o compromisso de preparar o licenciado para o trabalho docente na Educação Básica, o que expande os limites do ensino de Sociologia no nível médio. Esse preparo se institui mediante o compromisso pedagógico que se estabelece entre o conhecimento trabalhado em sala de aula e a efetiva possibilidade de desenvolver, no outro, uma postura diferenciada diante do mundo. Praticar a docência durante o estágio é o ensaio que permite ao licenciado aprender a ensinar Sociologia e atestar seu comprometimento com

os objetivos da disciplina; experimentar a satisfação de ver, no outro – no caso o aluno do ensino médio –, a compreensão dos fenômenos sociais [...] (GUIMARÃES, 2012, p. 87).

A prática docente escolar é acompanhada pela oferta de livros de didáticos que, minimamente, servem como um guia para a construção do conhecimento sociológico e que sirva como ponto comum de reflexão entre professores e alunos. Bomeny, Freire-Medeiros, Emerique e Odonnell (2009) narraram a experiência de produzir um livro didático de Sociologia para o Ensino Médio. Tendo como preocupação a articulação entre o conhecimento acadêmico e científico da Sociologia, com os saberes do senso comum e as experiências cotidianas de jovens, as autoras elaboraram um material que possibilitasse diferentes abordagens e visões sobre a sociedade, fornecendo aparato para a criticidade dos alunos. É importante frisar que o saber docente agrega os conteúdos da formação acadêmica e o exercício das interações professor-aluno, o aspecto de flexibilidade ao público e local de aula, e os currículos e abordagens disponíveis ao professor (LEAL, 2017).

Além disso, a tarefa de ensinar Sociologia nas escolas possui dubiedades. Na escola, o professor de Sociologia aparece ao lado de conteúdos que dialogam com ordenações republicanas e liberais da sociedade, assim como os valores da democracia liberal. Em um posicionamento escolar na estrutura social, a formação ao curso superior, ao mundo do trabalho e à vida cidadã seriam objetivos desejados em relação à Sociologia, o que não é essencialmente a visão crítica que um curso de licenciatura em geral oferece (LEAL, 2017). Manuel (2010 apud RÖWER, MANGO & INTANQUÊ, 2017) indica que o afastamento entre uma Sociologia escolar e uma Sociologia acadêmica é fruto de políticas oficiais de supressão de oferta da disciplina ou sua existência opcional no ambiente escolar, desmotivando a busca acadêmica pela área e estimulando a separação interna no campo da Sociologia.

Façamos uma digressão para o debate da compreensão da Sociologia, lançando mão de Bourdieu (1999, p. 5).

[...] Sociologia, tal como a concebo: todas as proposições que essa ciência enuncia podem e devem aplicar-se ao sujeito que faz a ciência. É na medida em que não sabe introduzir objetivamente, portanto crítica, que o sociólogo dá razão àqueles que o vêem como uma espécie de inquisidor terrorista disponível para toda e qualquer ação de policiamento simbólico. Não se entra na sociologia sem romper com as aderências e adesões através das quais pertencemos a grupos, sem abjurar as crenças constitutivas dessa pertença e renegar todo e qualquer laço de afiliação ou de filiação. Assim, o sociólogo oriundo do que chamamos de elite, só pode atingir a lucidez espacial se está associada a todo tipo de despauamento social sob a condição de denunciar a representação populista do povo, que só engana a seus autores, assim como a representação elitista das elites, feita exatamente para enganar tanto os que fazem quanto os que não fazem parte dela.

Bourdieu (1999) indica muitos pontos de reflexão da natureza desconstruidora e desnaturalizadora da Sociologia enquanto ciência. Desse modo, no polo da ciência, a Sociologia incide na desnaturalização do campo científico como chave ordenadora e positivista em uma sociedade. Para isso, o sociólogo não pode se valer do prestígio elitista da categoria do cientista, para que não se torne um juiz inquisidor e imparcial da sociedade, permitindo assim compreender as disputas e dinâmicas internas ao campo social da Ciência. Uma vez compreendida essa dinâmica, o sociólogo transcende as crenças compartilhadas e categorias naturalizadas em sentidos comuns estratégicos à estruturação dos campos sociais para então denunciá-las enquanto um projeto de sociedade, este ligado a uma história contínua de lutas simbólicas inerentes à vida social.

O que Bourdieu (1999) encontra é a necessidade inerente da Sociologia na compreensão dos estados sociais como resultados de disputas nos campos simbólicos das interações, não buscando uma verdade invariável ou inevitável do que seja a vida social. Assim, “a ciência social só pode constituir-se recusando a demanda social por instrumentos de legitimação ou de manipulação” (BOURDIEU, 1988, p. 28), porque “se há uma verdade, é que a verdade é um resultado de lutas; mas essa luta só pode conduzir à verdade quando obedece a uma lógica tal que não se pode triunfar sobre os adversários sem empregar contra eles as armas da ciência, contribuindo assim para o progresso da verdade científica” (BOURDIEU, 1988, p. 25).

No caso de ensinar Sociologia, temos que ela não está em um mundo à parte, um mundo do ideal ou da Verdade, mas que é instrumento para que se tenha a compreensão das relações sociais estabelecidas cotidianamente, rotinizadas e naturalizadas. A Sociologia é ferramenta para que professores e alunos possam analisar aspectos do mundo social que estão dentro e fora dos muros escolares, buscando entendê-los como resultados históricos que se mantêm em transformação.

Inserir a Sociologia nos currículos escolares lida com desafios fundamentais. A estrutura educacional e a instituição escolar formam parte da sociedade na qual se inserem e nas estruturas de disputa e poder da mesma. A escola é uma instituição central no processo de instrução e de socialização de crianças e jovens, esperando que assumam, aos 18 anos, a posição social de maioria e os direitos e deveres da vida cidadã. Bourdieu (1988, p. 60) provoca que “se os que têm algo a ver com a ordem estabelecida, seja lá o que for, não gostam nem um pouco da sociologia, é porque ela introduz uma liberdade que faz com que a própria conformidade assumam um ar de heresia ou de ironia”. Então, como estar pronto para esse desafio da docência de Sociologia entre a demanda escolar e a prática sociológica? É necessário agora seguirmos por uma imersão no universo desses docentes.

Leal (2017) observou, a partir de entrevistas com professores de Sociologia da rede pública de ensino, que o docente da área recorrentemente afirma que a licenciatura não bastava e que as experiências de estágio serviam mais como experiência etnográfica. Em relação aos conteúdos ensinados por esses professores, a coleta de entrevistas de Silva (2015) expôs que a finalidade da formação dos alunos para a vida cidadã era reiterada pelos profissionais. Temos, assim, que a formação acadêmica está afastada e envolta de idealizações sobre a prática do ensino de Sociologia nas escolas, enquanto que os profissionais muitas vezes recorrem a um viés da aceitação compreensiva das categorias que organizam e estrutura a sociedade. Os próprios documentos oficiais sobre a Sociologia na Educação apresentam a ambiguidade entre o papel de criticidade desempenhado pela disciplina, mas uma finalidade de inserção dos alunos na vida cidadã.

Quando se fala em ensino de sociologia e exercício de cidadania, fala-se em problemas sociais e em cidadania enquanto objetivo. Por outro lado, quando pensa-se em disciplina de sociologia e exercício de cidadania, pensa-se em problemas sociológicos e a cidadania figura como um dos temas a ser abordado. [...] Usou-se a sociologia para que os objetivos gerais da educação fossem atendidos, deixando de lado os objetivos específicos. Essa tomada para si dos objetivos gerais gerou barreiras para o desenvolvimento da disciplina sociologia com todas as suas especificidades (SILVA, 2015, p. 52).

Visando conciliar a Sociologia enquanto ciência e sua inserção na instituição social escola, Silva (2015) retoma o exercício da imaginação sociológica, cunhado por Wright Mills. Dessa forma, os sentidos comuns seriam um ponto de partida para as reflexões, mas seriam desnaturalizados na medida em que fossem ampliadas as visões de mundo e as propostas

analíticas seguissem a apresentação de pressupostos sociólogos de problematização e análise das realidades sociais. Vemos então a preocupação da autora em retomar o papel do professor de Sociologia enquanto sociólogo, que exerce a sua função de educador sem dissociar as especificidades de sua área de formação.

Observamos que ser professor de Sociologia em escolas não é simples. Se a própria tradição acadêmica desvaloriza a licenciatura e invisibiliza o professor escolar como construtor de conhecimentos, o ensino de Sociologia conflita entre o que seria uma “Sociologia científica e crítica”, própria do ambiente acadêmico, a uma “Sociologia escolar da coesão social”. Há então a necessidade de que habilidades e competências docentes possibilitem a apresentação do conhecimento sociológico de modo que possibilite uma compreensão das dinâmicas sociais e, a partir daí, permita a desnaturalização do cotidiano.

Tendo debatido as questões que permeiam a formação de professores de Sociologia, apresentaremos, na próxima seção os aspectos de construção da presente pesquisa e, em seguida, as análises do Projeto Pedagógico de Curso de Sociologia, da UNIFAP, na modalidade a distância.

Da natureza de pesquisa e sua metodologia

Nosso artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo descritivo e com base documental. Segundo Prodanov e Freitas (2013), enquanto a pesquisa quantitativa necessita de equações matemáticas para a organização e tradução dos dados nas análises, a pesquisa qualitativa não necessariamente buscará uma relação causal ou hierárquica entre as variáveis observadas, mas buscando essencialmente relações de significado entre os dados coletados. Uma vez que buscamos, a partir da leitura, descrever elementos significativos na temática escolhida (a formação à docência em Sociologia em um curso EAD), sem pretensões de estabelecer relações inferenciais, nosso tipo de pesquisa é descritivo (PRODANOV & FREITAS, 2013). Ao recorrermos a um documento público como nossa base de dados, tratando-se de uma fonte primária, nossa base é então documental (FONSECA, 2002).

Dessa forma, temos que qualitativamente investigamos o Projeto Político Pedagógico (PPC) da licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), buscando no mesmo as potencialidades apontadas pela instituição com a implementação do curso nessa modalidade, assim como a preocupação de garantir os preceitos fundamentais de uma formação íntegra para a atuação na Sociologia.

Na seção sobre a implementação normativa da EaD no Brasil, vimos que a questão da distância é tratada na aprendizagem nos aspectos de tempos e espaços diferentes de aprendizado e produção de conhecimentos daqueles concebidos para o ensino presencial, o que não significa um distanciamento ao objetivo de atuação posterior do estudante. Na seção seguinte, da formação e atuação docente em Sociologia, vimos que a formação presencial não foi suficiente para que os professores tivessem clareza de como ensinar Sociologia nas escolas, abrindo um panorama de dicotomia entre a “Sociologia acadêmica” e a “Sociologia escolar”, esta última às vezes confundida com o ensino e introyção dos valores compartilhados pela sociedade vigente.

Frente a esses últimos apontamentos, nossos objetivos específicos nas observações sobre o PPC em questão lidam com 1) de que forma o curso está embasado na realidade local/regional de sua implantação e dialoga com necessidades específicas? e 2) de que modo a modalidade escolhida visa formar e inserir um profissional consciente sobre os desafios da docência em Sociologia?

Licenciatura em Sociologia por EAD. Qual formação?

O PPC, datado de 2017, inicia por uma contextualização da IES em relação ao estado do Amapá. A partir de fontes oficiais (IBGE em 2010 e Censo de Educação Superior do Ministério da Educação em 2012), são apresentados dados de baixo acesso ao Ensino Superior no estado, assim como uma maioria de matrículas em instituições de ensino privado nesse nível. Além disso, há também uma relação de formados de 2,8 mil em cursos presenciais e apenas 285 em cursos EaD, em que existe um total de 38 mil alunos matriculados no ensino médio. Há também a contextualização de o Amapá estar em uma região de fronteira e com contextos social, ambiental e econômico específicos, estando a IES atenta a esses contextos para dar conta das demandas e desafios locais encontrados (UNIFAP, 2017).

É possível notar, assim, que a IES mapeou um deficit de vagas no Ensino Superior em relação ao número de alunos do Ensino Médio, além também de um número quase dez vezes menor de formados pela EaD em relação ao ensino presencial no Ensino Superior. Há também a preocupação de lidar com demandas de formação e inserção relacionadas à região, que permeia a organização de currículos e a própria oferta de cursos.

O primeiro vestibular da UNIFAP foi em 1991 e a abertura do curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais em 1998 (UNIFAP, 2017). No site do curso presencial é possível verificar que houve a separação do bacharelado e da licenciatura em 2014. Tendo em vista que a Licenciatura em Sociologia por EaD teve início em 2018, já havia toda a experiência de formação em Licenciatura em Sociologia inclusive separado do bacharelado. A UNIFAP, ainda, integra a UAB desde 2008.

Entretanto, é importante salientar que a experiência em EaD da UNIFAP é anterior à implantação da UAB. Já desde o início dos anos 2000, a universidade firmou parcerias com outras universidades e instituições, oferecendo cursos de extensão e formação com principal foco na área de Educação, especialmente na esfera da Educação Pública. Além disso, atualmente a UNIFAP funciona também como polos para cursos da Universidade Federal do Pará e da Universidade de Brasília.

Reforçando a conexão da IES com preocupações das condições do estado e suas demandas, o documento apresenta um histórico de parcerias com secretarias estaduais e municipais desde a década de 90, no sentido de garantir formação inicial e continuada para professores da rede pública de educação (UNIFAP, 2017). A IES mostra sua preocupação em organizar as licenciaturas de modo a atender as carências do estado, sobretudo na educação pública.

Assim, é possível notar que a UNIFAP tem longa data com experiências em EaD, as quais estão relacionadas, frequentemente, à capacitação e formação de professores no estado. Vale ressaltar ainda que a organização desses cursos muitas vezes lidava com alunos que já atuavam em sala de aula, necessitando, como dito no próprio documento, aliar as práticas docentes aos momentos formativos. Com a sua entrada na UAB, o que houve foi uma ampliação do raio de alcance e também a variedade de seus cursos, bem como o aumento de possibilidades de estabelecimento de parcerias com outras IES.

As atividades de EaD são organizadas a partir do Departamento de Educação à Distância (DEAD), cujos cursos ofertados visam primordialmente

[...] formar, qualificar e capacitar professores da rede pública de ensino, que não possuem licenciatura plena e atuam no Ensino Fundamental e Médio, mas também profissionais que procuram uma melhor qualificação em áreas específicas. O Departamento referido também proporciona formação

continuada para docentes, com ofertas de pós-graduação nas diferentes áreas de ensino e ainda atende uma demanda oriunda do Ensino Médio que se interessa por ingressar no ensino superior (UNIFAP, 2017, p. 16).

Em diferentes trechos do documento, é salientada a relação entre a oferta da EaD na UNIFAP e o público-alvo, por excelência formado por futuros professores e professores já atuante (destes, especialmente os que necessitam formação específica para a área em que atuam). Outro público-alvo citado são aqueles que não possuem acesso às formas tradicionais de oferta (no caso, a maioria dos cursos presenciais da UNIFAP está na capital Macapá). Considerado uma modalidade flexível em relações de espaço e de tempo, a EaD possibilita transpor não apenas barreiras geográficas para a realização de um curso superior, mas também a adequação do tempo de estudos segundo a rotina particular do discente. No caso de um professor já atuante, essas flexibilizações podem de fato ser fator determinante para a realização de formações continuadas e/ou de formações básicas para a atuação.

Com um total de 5 cursos na modalidade EaD com 371 alunos, a UNIFAP considera que a modalidade atende a demandas de ampliação de vagas e no uso de tecnologias de comunicação e informação de modo eficiente para uma aprendizagem significativa. Em consonância com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade, que visa “criar novos cursos para atendimento da sociedade amapaense e expansão do número de vagas nos cursos existentes e contribuir com o avanço científico e tecnológico na região, formando cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica” (UNIFAP, 2017, p. 14).

Além disso, nas palavras do documento oficial:

A oferta do curso de Licenciatura em Sociologia na modalidade à distância (EaD) se faz necessária no Estado do Amapá Nesse sentido, compreende-se que tal oferta atende a demanda relativa a formação superior de Professores de Sociologia, abrangendo outros municípios distante da sede. Isso possibilita ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Como dito anteriormente, o Estado do Amapá, possui uma grande demanda por professores desta área, além de ter professores leigos em atuação (UNIFAP, 2017, p. 14).

Dessa maneira, no documento são expressas as preocupações em atender às legislações nacionais para ofertar cursos à distância. No caso da Licenciatura EaD em Sociologia, são apresentadas duas relações básicas: a carência de formação na área em todo o estado do Amapá e o aprimoramento para professores que atuam na área sem a devida formação. Nesse sentido, a oferta do curso passou por um cálculo geográfico da oferta de formação no estado, principalmente focalizado em descentralizar da capital Macapá a formação pública superior, assim como um mapeamento do deficit de professores formados especificamente para ministrar Sociologia.

Outro fator relevante à oferta de cursos em EaD é a proximidade às propostas fundadoras da UAB, que visa democratizar o acesso ao Ensino Superior com prioridade a aqueles sem acessos às ofertas tradicionais. Por qualidade de cursos à distância, a UNIFAP considera os Referenciais de Qualidade da EAD (2007), buscando um aluno ativo e motivado no processo educacional, que constrói seu conhecimento, desenvolve competências e habilidades relativas ao estudo, à profissão e à vida. Apesar dessa prioridade, a IES reafirma que a modalidade é adequada ainda ao fornecimento de formação adequada para professores que já atuam mas possuem lacunas de formação superior (UNIFAP, 2017). Há um trecho que menciona inclusive que os últimos anos foram marcados por uma expansão quantitativa da

educação básica, mas os indicadores mostram que há problemas com a qualidade dessa educação e que um dos seria a questão docente (UNIFAP, 2017).

A EAD é apresentada como modalidade adequada à democratização do Ensino Superior e, ainda, caracteriza-se por ser vetor de inclusão digital, que significa também a democratização de conhecimentos e a inserção de indivíduos, na figura de alunos, em uma rede de relações com agentes importantes nos processos educacionais. Assim, as TICs e TDICs transcendem sua mera função de instrumentos de formação mediada, pois constituem-se como construtores de um ambiente de relações plurais que envolvem diferentes indivíduos durante os processos formativos.

O projeto para oferta de Curso de Licenciatura em Sociologia, modalidade a distância da Universidade Federal do Amapá fará uso de alguns elementos das tecnologias digitais e da Internet, uma vez que oferecem procedimentos flexíveis e rápidos, possibilitando a interação dos alunos com os conteúdos, com o professor, especialistas, colegas e outros agentes educacionais. Ao possibilitar acesso do aluno às novas tecnologias da informação e da comunicação, o Curso estará também atendendo às políticas públicas de inclusão digital e de democratização do acesso ao conhecimento (UNIFAP, 2017, p. 15).

Na seção “Perfil do Formando/Egresso”, há a apresentação de habilidades e competências esperadas de um professor de Sociologia. Há também uma expectativa mais específica aos egressos da modalidade EAD.

O profissional egresso do curso de Licenciatura em Sociologia EaD UNIFAP/UAB tem amplo conhecimento da área específica da sociologia com ênfase no contexto sóciopolítico amazônico. Ao longo do curso, desenvolve habilidades e competências para ser educador na área e possui formação geral vinculada aos saberes da Antropologia e da Ciência Política. Além disso, tem condições teórico-práticas para atuar como profissional da educação em consultorias, formação e assessoria, junto a empresas públicas ou privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Os egressos que atuarem no ensino deverão ser capazes de conduzir seus alunos do Ensino Médio para o desenvolvimento de conhecimentos práticos, contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea e para o desenvolvimento de conhecimentos mais amplos e abstratos, que correspondam a uma cultura geral e a uma visão de mundo.

Na modalidade à distância, as diversas formas de comunicação como telefone, fax, internet e tutoria devem ser utilizadas para aproximar os componentes da comunidade educacional – professores, alunos e comunidade. Nesse sentido, a inclusão social do Licenciado para o domínio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) estará garantida pela própria prática durante seu curso (UNIFAP, 2017, p. 24-25).

É possível notar que a formação em um curso de licenciatura é permeada por conhecimentos mais abrangentes da área da disciplina específica, mas que a expectativa de atuação, mesmo que fora de sala de aula, seja em relação à Educação. No caso da licenciatura em Sociologia, o egresso deverá ser capaz de abstrair suas experiências individuais para compreender condicionantes sociais mais gerais e refletir essa habilidade em seus fazeres profissionais. Segundo o documento, “a dinamização metodológica que parte da problematização da realidade com a finalidade de compreendê-la, de construir o conhecimento capaz de transformá-la, acentuar a descoberta, a participação em grupo a

autonomia e a iniciativa, tornou-se imprescindível” (UNIFAP, 2017). O professor deve ser capaz de ensinar esse processo a seus alunos, de modo que possam também desenvolver essa habilidade com o apoio dos conhecimentos da disciplina Sociologia.

Na especificidade da formação por EaD, o formando é inserido nas dinâmicas da contemporaneidade das TICs e TDICs como meios cada vez mais presentes nos processos de socialização, garantindo então, para além de um processo formativo, um processo de inclusão, domínio e compreensão dessas tecnologias.

A oferta dos cursos EaD que se utilizam de TICs e TDICs apoiam-se na construções de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). É nele que convergem os instrumentos didáticos e pedagógicos que compõem o curso e que permite as interações entre os diferentes indivíduos institucionais e discentes envolvidos no processo formativo. Esse fato permite que o aluno tenha acesso flexibilizado ao espaço virtual de educação e construa seus momentos de aprendizagem. Mesmo os cursos totalmente à distância possuem polos de apoio material e humano necessários ao desenvolvimento do curso, bem como a realização de avaliações e atividades que sejam requeridas. O curso possui um sistema de avaliação cuja nota final é composta em 40% por atividades realizada no AVA e 60% por uma prova final presencial. Mas o AVA é o ambiente primordial de interações, estudos, organização e realização do curso em si.

Nesse sentido, destaca-se que as (TICs) têm uma grande importância nos cursos a distância, invadindo todas as áreas do cotidiano, o departamento de educação a distância possui, lousa interativa, retroprojeter e outras ferramentas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem do curso. Além de que todos tem um atendimento mais individualizado oferecendo aos discentes mecanismos para que estes possam se manifestar, principalmente, através dos recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e atendimento de tutoria presencial e a distância.

O ambiente virtual de aprendizagem é um software que dá suporte às atividades educacionais desenvolvidas através das tecnologias de informação e comunicação. Permite a gestão do conteúdo da disciplina pelo professor, que pode organizá-los da forma mais adequada a atender aos objetivos da disciplina. Além de permitir ao aluno o acesso à disciplina a qualquer tempo e em qualquer lugar (UNIFAP, 2017, p. 69).

Há a preocupação de uma formação ampla pelas Ciências Sociais e seus conhecimentos afins, atentando para atender os princípios da universidade entre pesquisa, extensão e ensino, inclusive com concessões de bolsas (UNIFAP, 2017). A EaD, assim, segue os mesmos princípios de oportunidades que os alunos presenciais possuem, durante a formação. A licenciatura possui um foco no exercício docente e busca capacitar os egressos às especificidades do estado do Amapá.

O foco do curso em sociologia atende a necessidade de formação de professores, permitindo a construção de sólido conhecimento na área, assim como ampla formação humanística (...) [que] se dará, também, tendo por ênfase o contexto sócio-político amazônico em sua expressiva diversidade, sem abandonar o contexto nacional e internacional. A identidade do curso, vinculada á realidade amazônica (...) (UNIFAP, 2017).

Quanto à estrutura curricular do curso, este segue as normativas oficiais nas delimitações de horas de formação e cumprimento de estágios. Há uma especificidade que diferencia a licenciatura presencial e a realizada à distância, que é iniciar pela ambientação ao AVA, momento pelo qual passam os professores, tutores e alunos.

O PPC de Licenciatura em Curso de Sociologia em EaD, assim como todos os cursos nesta modalidade, inicia com a disciplina Introdução as Ferramentas para EaD, apresentando a organização do estudo e da pesquisa a partir do ambiente virtual, ou seja, formação e o acesso introdução às ferramentas para EaD, comum ao conjunto de cursos de licenciatura para professores da Educação Básica, oferecidos pelo MEC, tem por objetivo a iniciação e ambientação do (a) professor (a) e do aluno com as ferramentas disponíveis na plataforma Moodle. Trata-se ainda, de uma ferramenta que favorece o entendimento sobre o ambiente virtual como um espaço dialógico e interativo, facilitador do processo de aprendizagem. Visa também, nesse contexto, apresentar a estrutura geral do curso, sua forma de desenvolvimento e a participação de seus diferentes integrantes (UNIFAP, 2017, p. 28).

A citação é consonante com as preocupações anteriormente apresentadas sobre a necessidade de inserir os alunos no conjunto de TICs e TDICs que permeiam muitos dos processos contemporâneos de socialização. A ambientação, como apresentada, é o momento em que há a construção de entendimentos comuns entre todos os que participarão dos processos educacionais do curso. Além disso, visa mostrar a estruturação comum para todas as disciplinas que compõem o curso como um todo. Se comumente o Ensino Superior presencial é tido como uma modalidade com a qual já há maior familiaridade e que ganha pluralidade de acordo com o professor responsável, a EAD tende a uma estrutura comum para todo o processo formativo com formatos de atividades comuns para todas as disciplinas ofertadas. Assim, esse momento iniciação de apresentação e ambientação com a modalidade revela que é necessário apresentar as especificidades sobre as quais a EAD se constrói.

Além da formação organizada no AVA, o documento aponta a necessidade de que os licenciandos tenham uma formação interdisciplinar e ligadas a verificações in loco e estudos de caso, que possibilite entender os desafios do exercício docente. Em rápido comparativo com as disciplinas oferecidas na modalidade presencial do curso, o curso à distância estrutura-se por menos disciplinas obrigatórias e mais disciplinas optativas. Se o curso EaD possui uma disciplina de ambientação ao modelo educacional e à plataforma virtual, difere também da modalidade presencial por não possuir em sua grade a disciplina Educação Inclusiva para Pessoas com Necessidades Especiais. Entretanto, a modalidade a distância inclui a disciplina Reflexões sobre os diferentes grupos étnico-sociais.

A grade curricular apresentada para o curso contém disciplinas das três áreas tronco das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas), além também de áreas afins ao curso, como Filosofia e História. A formação didática para atuação docente segue em par com a modalidade presencial do curso e se mostra muito completa. Além dos momentos de estágios, que são realizados presencialmente in loco, há 5 disciplinas chamadas “Prática Pedagógica”, que são componentes de todas as licenciaturas da UNIFAP. Essas práticas são descritas como “conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios do trabalho pedagógico, seja ele de natureza técnica ou docente, desenvolvido em espaços escolares e não escolares” (UNIFAP, 2017, p. 79-80).

É possível notar que o curso, mesmo sendo na modalidade EaD, compartilha muito de sua estrutura com as experiências da UNIFAP na oferta de cursos de licenciatura e também na oferta de Licenciatura em Sociologia presencial. Os estágios dão conta dos objetivos do curso à distância que busca experiências in loco por parte dos discentes, sendo importante salientar que a disciplina “Prática Pedagógica” permite que os alunos coloquem seus conhecimentos em prática e exercitem habilidades de análise, criatividade e proatividade no mapeamento de questões de interesse no campo educacional e atuem de forma propositiva ou mesmo prática.

Os três polos do curso, com 60 vagas cada, estão localizados em Macapá, Santana e Vitória do Jarí. Há o conjunto de instrumentos didáticos e pedagógicos que compõem um curso. Além do já citado AVA, a EaD em Licenciatura em Sociologia da UNIFAP conta com biblioteca nos polos, atividades presenciais, atividades online, biblioteca virtual, documentos digitalizados, vídeo aulas, biblioteca, glossário, jogo, questionários e tarefas. Para interações entre tutores, docentes e estudantes, o AVA possui chats e fóruns. As atividades complementares são acompanhadas pelo professor formador.

Para atendimento dos discentes, o curso possui um coordenador do curso (professor efetivo da UNIFAP), um coordenador de tutoria (professor efetivo da UNIFAP), professores formadores e ou pesquisadores (que preferencialmente são oriundos da própria UNIFAP), tutores EaD e presenciais (ambos com titulação adequada e selecionados por processos seletivos).

De uma forma geral, pudemos observar que a implementação do curso se deu não em um marco inicial ou experimental da UNIFAP com a EAD ou com a formação de docentes em Sociologia, mas em um processo de continuidade de cursos na modalidade à distância e também na experiência de mais de uma década na oferta do curso de Ciências Sociais (que teve uma separação anterior entre seu bacharelado e a licenciatura, esta específica em Sociologia). Além disso, o curso foi organizado segundo necessidades locais mapeadas tanto em relação à oferta de formação superior (para egressos do Ensino Médio ou para profissionais já atuantes, mas sem formação específica) como o próprio déficit de professores com formação específica na área.

No que se refere à formação especificamente, foi possível verificar que o curso tem uma estruturação que acompanha demais licenciaturas, com componentes característicos como os estágios. Além disso, o curso também acompanha a estruturação de demais cursos EaD da UNIFAP no componente “Prática Pedagógica”, que dispõe da realização de atividades in loco. Essa especificidade é importante na medida em que cria como componente obrigatório que os futuros professores sociólogos tenha contato com a realidade local para além dos momentos de estágio, que, segundo nossa bibliografia, ainda são insuficientes para dar conta das dinâmicas da atividade docente. A aliança entre a formação teórica e a ampliação de momentos de atuação prática dos discentes pode ser vista como uma estratégia de evitar lacunas e estranhamentos entre os conhecimentos desenvolvidos nos componentes disciplinares e aqueles da atuação docente. Na docência em Sociologia, falamos da lacuna entre a “Sociologia universitária” e a “Sociologia escolar”. A ampliação dos momentos de prática para além dos estágios, com as “Práticas Pedagógicas”, é relevante nesse debate na medida em que coloca aos discentes o desafio de organizar e executar uma intervenção em um ambiente de Educação Básica, sendo indicada a possibilidade do uso de TICs e TDICs em sua realização. Vimos que o docente torna-se de fato docente quando assume essa posição e é inserido em uma realidade profissional (com o conjunto de relações que ela acarreta) docente. A pluralização dos momentos de atuação in loco durante a formação possibilita que a própria “Sociologia universitária” seja a condutora de seu da sua construção da identidade de docente, evitando que busque alguma “adequação” da Sociologia para então ensiná-la.

As demais disciplinas da grade acompanham a formação em todas as áreas tronco das Ciências Sociais, sendo que algumas delas tratam das especificidades sociais encontradas na região. Esse conjunto é importante para que o discente possa ter a realidade local como embasamento teórico e também como campo de formação prática, bem como ter o conhecimento da realidade cotidiana dos discentes para aproveitá-la nas reflexões sociológicas.

Observamos então que o curso não foi pensado e organizado para atender a uma formação distante e focada em um aluno que cumpre tarefas e atividades em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, mas que busca aliar as potencialidades da flexibilidade temporal e

geográfica a um processo de aprendizagem plural e que acompanhe a compreensão e atuação na realidade local. O curso acompanha as preocupações quanto às especificidades da Ead nos âmbitos normativos nacionais e também organização da instituição para a modalidade, mas compartilha de componentes presentes em licenciaturas presenciais. Lidando diretamente com uma modalidade que se aproveita das TICs e TDICs, o PPC indica que é necessário que esses alunos se transcendam um uso apenas pragmático e utilitário de ditas tecnologias para obter um diploma, mas que sejam capazes de lidar com as potencialidades e desafios que elas apresentam em contextos de ensino e aprendizagem.

Considerações Finais

A EaD, apesar de já possuir longa data de existência e de ter acompanhado o desenvolvimento de diferentes TICs e TDICs que pudessem ser um meio didáticos para a realização de formações pedagógicas, ainda enfrenta debates entre o ceticismo e o otimismo. Sabemos que a adoção de modalidades de educacionais não está deslocada das agendas políticas e dos atores que sobre ela atuam e imprimem uma série de interesses. No entanto, há o fato de que existem potencialidades e limites em cada modalidade de ensino e aprendizagem, bem como em cada instrumento didático que seja utilizado. Além disso, é necessário também buscar a fundo um entendimento das diferentes instituições que adotaram modalidades EaD, as diferentes experiências e resultados obtidos.

Os debates quanto aos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD precisam atentar-se para as especificidades da área sobre as quais atuam, sendo caro para o presente artigo a área da Sociologia, componente das chamadas Ciências Sociais. A Sociologia, enquanto área de conhecimento, possui dinâmicas próprias que também acompanharam as mudanças sociais locais e globais. Assim, compreender os fazeres didáticos e pedagógicos nos diferentes momentos da sociedade e também uma preocupação sociológica.

Há o desafio da inserção da Sociologia nos currículos escolares, da transposição de uma dita “Sociologia acadêmica” para uma “Sociologia escolar”, mas essa não deve ser encarada como uma relação de dicotomia, mas sim de adequação a momento de formação. A Licenciatura em Sociologia provê ao aluno uma série de formações didáticas e pedagógicas para a atuação em sala de aula, mas o conteúdo da Sociologia permanece o mesmo. É esperado que esse professor seja capaz de ensinar a seus alunos os conteúdos sociológicos para que eles possam, de forma autônoma, desnaturalizar seus cotidianos e entendê-los como experiências particulares e possíveis dentro de um universo de tantas outras, que outros indivíduos e sociedades possuem. Esses alunos são capazes de entender a sociedade de forma dinâmica e apreender as formas e meios de socialização.

A formação presencial ou à distância em Licenciatura em Sociologia passa por esses mesmos princípios. No entanto, há certa expectativa de que o egresso do curso EaD tenha desenvolvido também capacidades e habilidades sobre as práticas cotidianas em relação às TICs e TDICs, em especial o reconhecimento de suas possibilidades e limitações. A sociedade contemporânea é permeada por processos de socialização baseados nessas tecnologias, nesse sentido, o egresso pode ajudar seus alunos a desenvolver e dominar as habilidades necessárias para o uso adequado dessas tecnologias, mas para que também seja capaz de compreendê-las e problematizá-las de forma adequada.

O curso de Licenciatura em Sociologia à distância, oferecido pela UNIFAP, visa dar conta dessas preocupações, atentando para as normativas oficiais de implementação e funcionamento de cursos dessa modalidade. A universidade construiu um histórico de experiências e a EaD foi importante especialmente para ser capaz de responder às demandas

relacionadas à formação inicial ou continuada de professores no estado do Amapá. Os cursos implantados seguem o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como preconizado nas normativas oficiais, em que a UAB um momento de expansão e consolidação das experiências na modalidade.

Referências

- BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B.; EMERIQUE, R. B.; O'DONNELL, J. O que os jovens podem querer com a Sociologia? In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 14., 2009. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- BOURDIEU, P. **Lições da aula**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em Paris, em 23 de abril de 1982. Tradução: Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 1988.
- BRASIL. **Decreto 1.917, de 27 de maio de 1996**. Cria a Secretaria Especial de Educação a Distância. Brasília, Presidência da República, 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. **Decreto Presidencial n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. **Decreto 2.561, de 27 de abril de 1998**. Altera a redação dos art. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n.º 1, de 3 de abril de 2001**: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001**. Inclusão de disciplinas nas IES com método não presencial. Brasília: Ministério da educação, 2001b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-2253-18-outubro-2001-412758-norma-me.html>>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para educação a distância**. Brasília, DF: Ministério da educação, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre as disciplinas semipresenciais em cursos superiores presenciais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 11 mai 2020.
- _____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso

em: 11 mai 2020.

_____. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 11 mai 2020.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para educação a distância.** Brasília: Ministério da educação, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.303/07.** Brasília: Ministério da educação, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES no. 1, de 11 de março de 2016.** Brasília/DF: MEC, 2016. <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/ead/legislacao_normas/resolucao_n_1_11032016.pdf>. Acesso em: 11 mai 2020.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>>. Acesso em: 11 mai 2020.

_____. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 mai 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 275, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre programas stricto sensu a distância. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/20122018-Portaria-CAPES-n-275-PPG-a-Distancia.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2020.

BRESOLIN, K. EAD: **Elementos Básicos.** Pelotas- RS: NEPFIL online, 2014. (p. 15-20).

CIGALES, M. P.; MARTINS, L. S. A Sociologia como objeto de pesquisa e ensino: Introdução ao dossiê Ensino de Ciências Sociais. **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, v. 14, p. 02-11, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GUIMARÃES, E. F. Ensino de Sociologia no nível médio: de um passado intermitente à necessidade de um reconhecimento presente. **Ensino em Re-vista**, v. 1, p. 81-92, 2012.

LEAL, S. A. G. Dispositivos de normatização do ensino de Sociologia na escola: formação e saberes docentes de licenciados em Ciências Sociais no Distrito Federal. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 1075-1099, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000401075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2019.

OLIVEIRA, A. Um Balanço Sobre o Campo do Ensino de Sociologia no Brasil. **Em Tese**, v. 12, n. 2, p. 6-16, 2015.

_____. A formação de professores de sociologia na região Norte: configurações e

- tendências. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1898>>. Acesso em: 05 maio 2020.
- _____. A expansão e o perfil dos novos cursos de formação de professores de Ciências Sociais no Nordeste. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-93, 2017.
- OLIVEIRA, A.; BRUM, C. K. Ciências Sociais a Distância: apontamentos sobre os desafios da formação de professores no Brasil. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 24, p. 29-49, 2014.
- PRETI, O. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, O. **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE-UFNT, 1996.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2a. Edição, Novo Hamburgo, 2013.
- QUARTIERO, E. M.; CATAPAN, A. H.; CERNY, R. Z.; GOMES, N. G. **Introdução à educação a distância**. 2. ed. Florianópolis – SC: IFSC, 2013.
- RÖWER, J. E.; MANGO, F. A.; INTANQUE, S. T. Formação de professores: aspectos motivacionais pela escolha da licenciatura em Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 3, p.193-213, 2017.
- SILVA, M. M. S. M. Cidadania e desnaturalização: sentidos atribuídos ao ensino de sociologia na educação básica. **Habitus**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11436/8386>>. Acesso em: 05 Jun. 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ UNIFAP. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Sociologia Modalidade à Distância**. Amapá: UNIFAP, 2017. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/iso/files/2018/07/Projeto-pedag%c3%b3gico-do-curso.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.